

2003 (ano-calendário da apuração do primeiro lucro da exploração). Adicionalmente, a Companhia tem o benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração decorrente de vendas a partir de 560 mil até 1.250 mil toneladas anuais, pelo prazo de 10 anos a partir de 2004 e a partir de 1.250 mil até 1.650 mil toneladas anuais, pelo prazo de 10 anos a partir de 2009.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é representado por ações nominativas, sem valor nominal, como segue:

	Quantidades		
	Capital	Capital subscrito	
	autorizado	2008	2007
Ações ordinárias	30.000.000	33.526.074	24.987.329
Ações preferenciais:			
Classe A	60.000.000	65.252.889	48.677.679
Classe B	6.000.000	-	-
Classe C	1.200.000	-	-
	<u>97.200.000</u>	<u>98.778.963</u>	<u>73.665.008</u>

Em 12 de dezembro de 2008, a Assembléia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social em R\$209.475, por emissões de novas ações subscritas e integralizadas inteiramente pela controladora direta Mircal Brésil S/A.

As ações preferenciais não têm direito a voto, gozam de prioridade na distribuição de dividendos e participam integralmente nos resultados da Companhia, de modo que nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de dividendos, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos, a qualquer título, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua emissão, preço e forma de integralização.

Capital estrangeiro:

De acordo com a legislação atual, o capital estrangeiro deve ser registrado junto ao Banco Central do Brasil, para permitir a remessa de dividendos e / ou repatriação de capital de acionistas residentes no exterior.

Em 31 de dezembro de 2008, o capital estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil era de US\$129.337 mil e €432 mil (US\$129.346 mil e €432 mil em 2007), sendo que existem pedidos adicionais de registro pendentes de finalização pelo Banco Central no valor US\$87.100 mil.

Reserva de incentivos fiscais:

Refere-se aos benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, vigorando por 10 anos a partir de 2003 e 2004 respectivamente, decorrentes das atividades exercidas em planta industrial (Barcarena - Pará), na área de atuação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (Nota 12. c). O valor de incentivos fiscais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi R\$10.717 (R\$14.303 em 2007).

Ajuste de exercícios anteriores:

Conforme nota explicativa 2, as modificações introduzidas na legislação societária pela Lei 11.638/97, CPC 02 e Medida Provisória 449/08 se caracterizam como mudança de prática contábil. Dessa forma, em 2008 os ajustes com impacto nos resultados dos exercícios anteriores foram creditados contra lucros acumulados no montante de R\$4.951 e os efeitos da conversão para a moeda de reporte, Reais, de R\$2.160 creditados na rubrica de ajustes acumulados de conversão. Assim, o saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008 refere-se exclusivamente aos ajustes realizados em 2008 da nova prática e que foram também considerados na destinação do resultado do exercício de 2008.

Dividendos:

Conforme disposição estatutária e, demonstrado abaixo, aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A distribuição aos acionistas do lucro do exercício é demonstrada como segue:

Dividendos propostos	2008	2007
Ajuste de exercícios anteriores - Lei 11638/07, CPC 02 e MP 449/08	4.951	-
Lucro líquido do exercício	10.205	67.400
Reserva de incentivo fiscal - Constituição	(10.717)	(14.303)
Reserva legal	(510)	(3.370)
Lucro líquido ajustado disponível para distribuição	<u>3.929</u>	<u>49.727</u>
Valor total dos dividendos propostos - 25% do lucro líquido disponível	<u>982</u>	<u>12.432</u>
Saldo remanescente - reserva para retenção de lucros	<u>2.947</u>	<u>37.295</u>

A Administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado disponível para distribuição referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, "ad referendum" da Assembléia Geral. O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi transferido para reserva de retenção de lucros, com o objetivo de atender às necessidades de recursos para investimentos futuros ou distribuição de dividendos.

Os dividendos de 2007 no montante de R\$12.432 foram aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2008 e pagos durante o exercício de 2008 (R\$24.631 de 2006 que foram pagos em 2007).

14. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2008	2007
Outras receitas operacionais:		
Reembolso dos gastos com o vazamento da bacia de rejeito	13.462	-
Receita com venda de imobilizado	349	-
Outras	1.648	116
Outras despesas operacionais:		
Gastos com vazamento de bacia de rejeito	(3.787)	(10.023)
Valor Residual do Imobilizado	(260)	-
Outras	(1.100)	-
	<u>10.312</u>	<u>(9.907)</u>

Vazamento de bacia de rejeito - Em 12 de junho de 2007, ocorreu o vazamento de uma das bacias de rejeitos (Bacia nº. 03) da Companhia que perdurou por todo o referido dia, sendo que a correção do vazamento foi concluída por volta das 13h00min horas do dia seguinte, com a adoção de medidas corretivas de engenharia, tais como, a construção de barreiras de contenção. Durante esse período, 300.000 metros cúbicos de rejeitos (volume não auditado) vazaram, e deste, cerca de dez por cento atingiram a pista de rolamento que separa a Companhia da área denominada Bairro Industrial, bem como a estrada que liga a fábrica ao porto da Companhia, atingindo também os igarapés Curuperê e Dendê e a área de preservação destes, atribuindo às águas uma coloração branca, que chegaram até as praias do Caripi, Cõde e Itupanema, sem, contudo, no entendimento da Administração da Companhia, ter prejudicado a preservação dos peixes, fauna, flora e o bem estar das populações humanas. Em decorrência do vazamento, famílias foram remanejadas pela Defesa Civil Estadual para creches e colégio público e foram atendidas pela Companhia com fornecimento de alimentação, materiais de alojamento, produtos de higiene e atendimento médico e fornecimento de remédios e advogados, o que gerou um custo para empresa de R\$2.757, que foram contabilizados na rubrica "Custo dos produtos vendidos".

Em 13 de junho de 2007, a Companhia foi autuada pelo órgão ambiental estadual, conforme processo Administrativo Punitivo nº. 215778/2007, ocasionando a interdição temporária das atividades da empresa até a data de 05 de julho de 2007. O valor total das multas, integralmente pagas em 2007, alcançou a quantia de R\$4.687, sendo que R\$4.285 foi contabilizado na rubrica "Outras despesas operacionais" e R\$402 em "Custo dos produtos vendidos".

Finalmente, visando remediar e evitar novas ocorrências futuras, a Administração da Companhia construiu uma nova bacia em caráter emergencial (bacia 04), contabilizada no ativo imobilizado no valor total R\$3.117, bem como construiu em 2008 uma nova bacia (bacia 05), com capacidade de armazenar aproximadamente 2.100.000 m³ (dois milhões e cem mil metros cúbicos) de rejeitos (volume não auditado), além de recuperar a bacia 03 com impermeabilização total, garantindo a proteção integral do solo e do lençol freático da região. O custo com as bacias 03 e 05 estão classificados como imobilizado e foram incorridos R\$22.080 até 31 de dezembro de 2008 (R\$15.508 em 2007).

Em 2007, a Administração da Companhia assinou, junto ao Ministério Público do Estado do Pará, o Termo de compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo objetivo principal é a reparação integral do dano ambiental decorrente do acidente acima descrito. O valor total do referido TAC de R\$5.738, referente principalmente a indenização de natureza civil pelos danos ambientais, foi contabilizado na rubrica "Outras despesas operacionais" daquele ano.

Durante o ano de 2008, a Companhia teve gastos adicionais decorrente da assinatura do TAC descrito acima, no montante de R\$3.787, que foram registrados na rubrica "Outras despesas operacionais".

Em outubro de 2008, a Companhia recebeu de sua controladora final, Imerys S.A., localizada na França, o montante de R\$13.462 referentes a reembolso dos gastos com o vazamento da bacia de rejeito (ver nota explicativa 10).

15. RECEITAS FINANCEIRAS

	2008	2007
Recuperação juros sobre debêntures	6.859	-
Reversão da contingência - PIS e COFINS sobre variação cambial	12.653	-
Juros e descontos obtidos	415	-
Reversão de provisão de ICMS sobre transporte fluvial de caulim entre a mina e a fábrica	-	2.908
Reversão de provisão de ICMS sobre energia elétrica (demanda)	-	3.042
Reversão de provisão de contingências - PIS e COFINS	-	3.837
Total	<u>19.927</u>	<u>9.787</u>

A Companhia vinha pleiteando a devolução de valores excedentes pagos ao FINAM, por ocasião do resgate de debêntures. Em 2008, o Ministério da Integração Nacional (Departamento de Gestão dos Fundos de Investimentos) reconheceu que o pagamento recebido pelo FINAM excedia o valor devido pelas debêntures à época e, assim houve em 2008 a recuperação dos juros sobre debêntures no montante de R\$6.859. Adicionalmente, em 2008, conforme descrito na nota explicativa 11, o processo PIS e COFINS sobre variação cambial foi transitado em julgado a favor da Companhia, de forma que a provisão anteriormente registrada foi revertida e contabilizada no resultado do exercício nesta rubrica, no montante de R\$12.653.

Em 2007, como resultado de negociação com o Estado do Pará, visando a obtenção de direito de transferir créditos de ICMS, a Companhia desistiu dos processos judiciais referentes a ICMS sobre transferências de caulim da mina para a fábrica e ao ICMS sobre energia elétrica consumida, parcela de demanda. Desta forma, a Companhia registrou os juros e atualização monetária sobre os depósitos judiciais em contrapartida ao resultado do exercício de 2007. Adicionalmente, em 2007, em função de ter ocorrido prescrição, as reversões de provisão para contingências de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota explicativa 11, foram também contabilizadas nesta rubrica.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 e 2007 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas.

A Companhia não manteve derivativos financeiros ou operações de "hedge" ou de "swap" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

17. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e / ou responsabilidades. Tais coberturas garantem lucros cessantes, riscos de incêndios, alagamentos e outros eventos em montantes considerados suficientes pela Administração e podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2008:

	2008
Importância segurada de ativos	702.554
Lucros cessantes mais despesas fixas	94.205

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michel Delville (Vice-Presidente)
Ray Ernest Gay (Conselheiro)
Paul Pierre Jacques Simon Bazireau (Conselheiro)
Denis Philippe Marie Musson (Conselheiro)
Afonso Célio Pereira Guerra (Conselheiro)

DIRETORIA

Milton Carlos Costantin (Diretor Presidente)
Rafael Navazo Morrondo (Diretor de Operações)
Fábio Guilherme Louzada Martinelli (Diretor Jurídico)
Julien Remond (Diretor Financeiro)

Rosivaldo da Gama Pantoja
Contador - CRC-PA 009704/O-8